

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. mo Sr.º Presidente da Assembleia da República**

O grupo parlamentar do PCP tomou diversas iniciativas na Assembleia da República, na anterior legislatura, que legitimamente levantaram sérias preocupações sobre o futuro deste Monumento Nacional face às decisões que foram tomadas pelo anterior governo PSD/CDS.

Registaram-se, entretanto, novos desenvolvimentos. Em Junho de 2015 foi encerrado o Instituto de Odivelas - que funcionava dentro do Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo, onde se encontra o Túmulo de D. Dinis - na sequência da decisão tomada pelo anterior governo de desafectar do domínio público militar este Instituto e da sua intenção de dar o direito de preferência à Câmara Municipal de Odivelas.

Em Novembro de 2015, já após as eleições de 4 de Outubro, mas ainda na vigência do anterior governo e sob proposta deste, a Câmara Municipal de Odivelas deliberou aceitar as condições de cedência, a título precário e por 50 anos, dependendo essa cedência do tipo de utilização e do montante de investimento a realizar pelo município.

O actual governo não pode deixar de proceder à avaliação das consequências das decisões até agora tomadas que objectivamente visam concretizar a transferência da responsabilidade do Mosteiro D. Dinis e S. Bernardo para o Município de Odivelas.

Na verdade, uma Câmara Municipal não tem competências nem meios que lhe permitam assegurar a manutenção, consolidação, conservação e restauro de um monumento nacional classificado como tal desde 1910, e para o qual tem de existir um projecto cultural que o integre numa estratégia nacional de salvaguarda do património histórico e cultural do País. Para a concretização desse objetivo, tem de ser ponderada a transferência deste Monumento da esfera militar para a tutela do património e da cultura, por via da Direcção Geral do Património Cultural. Acresce que será importante integrar neste projeto a memória da presença do Instituto de Odivelas neste Monumento, ao longo de 115 anos, e para a qual se poderá contar com o empenho da Associação das Antigas Alunas desse Instituto (AAAIO), que desde sempre se manifestou disponível para colaborar para esse efeito. Deverão, por isso, ser tomadas medidas para que parte deste património mobiliário possa ser preservado com esse objetivo.

Entretanto, durante a visita realizada pelo Grupo Parlamentar do PCP ao Mosteiro de Odivelas, verificou-se que estava curso a retirada do património mobiliário resultante da saída do Exército destas instalações, na sequência do encerramento do Instituto de Odivelas. Uma competência

assumida por uma Comissão Liquidatária do Exército com prazos determinados para o realizar. Nesta visita foi possível ainda constatar *in situ* que o túmulo de D. Dinis apresenta sérios problemas de conservação.

Este túmulo gótico, que integra património classificado como MN – Monumento Nacional e é considerado obra cimeira da nossa arte tumular medieval, caracteriza-se por uma estética inovadora no que concerne à arte funerária portuguesa até então existente e é, reconhecidamente, um bem de interesse nacional.

O jacente de D. Dinis encontra-se em muito mau estado de conservação, decorrente dos efeitos do terramoto de 1755 (altura em que a abóbada da igreja do Mosteiro Cisterciense de Odivelas desabou sobre o túmulo), dos danos infligidos pelas tropas de Junot em 1807/8 e também pelo restauro de que foi alvo no século XIX, havendo, deste modo, lugar à atual existência de reduzido número de elementos originais.

Não obstante, o GP/PCP foi alertado durante a visita para a existência de problemas de conservação do túmulo que derivam de tempos mais recentes havendo, inclusivamente, alguns investigadores a apontarem para a necessidade de uma ação de conservação e restauro mais profunda, que reponha a dignidade do monumento.

Mais, tivemos conhecimento da abertura de uma página nas redes sociais que está a dinamizar uma petição em linha assinada já por mais de 1000 pessoas e que se intitula “Vamos salvar o túmulo do rei D. Dinis”. Nela, os cidadãos expressam a sua preocupação pelo atual estado de conservação deste bem patrimonial classificado e apelam ao seu restauro.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português solicita a V. Exa se digne requerer ao Governo, através do Ministério da Defesa Nacional, resposta às seguintes questões:

1. Que avaliação faz o Governo da proposta apresentada pelo anterior executivo à CM Odivelas?
2. Que destino pretende o Governo dar à proposta de utilização e investimento apresentada pela CM Odivelas?
3. Já se efetuou a saída definitiva do Exército deste equipamento e findaram os trabalhos da comissão liquidatária?
4. Admite o governo inverter a decisão tomada pelo anterior governo PSD/CDS e transferir o Mosteiro D. Dinis da esfera militar para o Ministério da Cultura, assumindo este a responsabilidade pelo projecto cultural, pela manutenção, consolidação, conservação e restauro e sem prejuízo de serem avaliadas as condições de cedências das restantes áreas adjacentes a este Monumento Nacional?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 1 de Abril de 2016

Deputado(a)s

ANA MESQUITA(PCP)